

GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 24, pp. 109 - 123, 2008

OBSERVAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE CIDADE E URBANO

Sandra Lencioni*

RESUMO:

Rigor e método são imprescindíveis na pesquisa e exigem o exercício permanente de se fazer opções. Quando precisamos conceituar um fato, um fenômeno ou um processo muitas dúvidas surgem. Esse texto apresenta algumas observações gerais sobre os conceitos que auxiliam na discussão sobre os conceitos de cidade e urbano. Na medida em que os conceitos se expressam por meio da linguagem, discute primeiramente, as palavras cidade e urbano na língua portuguesa. Em seguida, indaga sobre a questão de desde quando podemos falar em urbano no Brasil destacando que essa resposta se situa na interpretação que se assume acerca do desenvolvimento brasileiro. Como conclusão afirma que os conceitos e teorias são imanentes uns aos outros.

PALAVRAS-CHAVE:

Conceito; Cidade; Urbano; Palavras.

ABSTRACT:

Rigor and method are indispensable in the research and require the permanent exercise of doing options. When we needed to consider a fact, a phenomenon or a process many questions arise. This paper presents some general observations on the concepts that give support to the discussion of the city and urban concepts. Insofar as the concepts are expressed through the language, it discusses firstly the words city and urban in the portuguese language. Afterwards, it investigates on the subject of from when we can speak in urban in Brazil detaching that that answer locates in the interpretation that is assumed concerning the Brazilian development. As conclusion affirms that the concepts and theories are immanent each other.

KEY WORDS:

Concept; City; Urban; Words.

Introdução

Pesquisar significa rigor nas escolhas e subsistir imerso com diligência minuciosa no exercício de opções. Esse viver traz angústias, pois o risco de opções equivocadas é uma realidade que não deixa traços indeléveis e exige correção de caminhos e rotas. Descrever as certezas para ir ao encontro de novas certezas fazem parte do percurso do conhecimento. Nesse percurso, enfrentar dificuldades, negar

falsos problemas e superar equívocos requer coragem, mas exige também, certa dose de prudência.

De certa maneira, a prática de pesquisa se confunde com o exercício de opções. Significa, também, a necessidade de se separar partes da totalidade para se proceder à análise e, posteriormente, à elaboração da reconstrução da síntese construída pelo intelecto. Esse exercício pode conduzir a dilemas; ou seja, pode

*Professora Doutora do Departamento de Geografia da FFLCH/USP. E-mail: slencion@usp.br

vir acompanhado de insatisfação em relação ao que se está selecionando para a análise e de insegurança no momento de tecer relações entre as partes decompostas na análise. Essa insatisfação, longe de comprometer o avanço do conhecimento, é motivadora do seu desenvolvimento, pois é ela que nos coloca desafios, já que as respostas que se tem não parecem satisfatórias. Assim, os dilemas são para o conhecimento como o ritmo de um coração batendo é para a vida. Sem esse ritmo o coração perde o sopro da vida, tanto quanto o conhecimento, sem os dilemas, perde a capacidade de criar caminhos que impulsiona ao seu desenvolvimento.

Opções e dilemas, superação de obstáculos, desvendamento do falso, negação de equívocos, para que ocorram novos encontros e certezas são iminentes à construção do conhecimento. São agudamente percebidos e vividos quando se trata de conceituar um objeto, um fato, um processo ou um fenômeno.

A discussão sobre o conceito de cidade e urbano situa-se nesse anfiteatro onde se digladiam muitas dúvidas e poucas certezas. Afinal, o que é a cidade, o que é o urbano? E, o que vem a ser a cidade e o urbano no Brasil? Pode a cidade ser igual a urbano? Se não, o que diferencia os conceitos de cidade e urbano?

Antes de avançar com essas considerações é importante deixar claro para que serve um conceito. Todo conceito serve para se compreender a essência dos objetos, dos fenômenos, das leis e, nesse sentido, se constitui num instrumento de conhecimento e pesquisa. Na primeira parte desse texto fazemos algumas observações acerca do uso dos conceitos. Na segunda, enfocamos os termos cidade e urbano, como palavras e, na terceira, discutimos o conceito de cidade e urbano tendo como referência a realidade brasileira.

1. Sete observações sobre conceitos

As observações a seguir são apresentadas de forma simples. O número sete é uma escolha e bem poderia ser uma quantidade maior, bem como cada observação poderia se objeto de ampla discussão. Mas não é o caso; o sentido dessas observações é apenas de alertar para o que julgamos fundamental na construção de conceitos.

Primeira observação: a construção de conceitos é um exercício do pensamento sobre o real e esse real existe independentemente de pensarmos sobre ele ou de termos conceitos acerca dos objetos do real.¹

Essa observação diz claramente que não há uma relação de dependência entre a existência de um objeto e a existência de um conceito a cerca desse objeto. E que os objetos existem independentemente de termos um conceito sobre ele. Mais, precisamente, os fenômenos, os fatos, as coisas, os lugares os objetos, os processos, as leis, enfim, tudo que é objeto do conhecimento se coloca na *esfera do pensamento sobre o real* e a existência do real independe de pensarmos ou não sobre ele.

Buscando tornar claro que os objetos existem independentemente de termos um conceito sobre ele, examinemos o conceito de número 4. Esse conceito nem sempre existiu, mas isso não quer dizer que não se contasse e que as coisas não eram enumeradas. Vejamos o seguinte exemplo. Em tempos remotos, quando se perguntava a um homem quantos cavalos ele possuía, ele respondia ter um cavalo marron, um outro marron com manchas brancas no dorso, outro preto e outro malhado de cinza e preto. Ele contava os cavalos a seu jeito, à sua maneira.

O fato de que nos primórdios da civilização os homens não tivessem o conceito de número e por isso não podiam contar em termos numéricos, não quer dizer que não tivessem a prática de contar. A construção do conceito de número percorreu um longo caminho na história da humanidade, enquanto um

exercício do pensamento sobre o real, o qual existe independentemente de pesarmos sobre ele.

Segunda observação: o conceito é uma forma de reflexo dos objetos.

O conceito não se confunde com o real, ele é um reflexo do real, uma representação do real. Como ele é reflexo do real e uma representação desse, ele existe a *posteriori* dos objetos que representa. Já os objetos do mundo real existem independentemente dos conceitos.

Mantendo o mesmo exemplo, o conceito de número 4 é uma abstração e *reflete* a quantidade de cavalos que aquele homem possuía.

Terceira observação: os conceitos são ao mesmo tempo objetivos e subjetivos.

Os conceitos são objetivos pelo seu conteúdo, pois estão relacionados ao real, referidos ao real. Por isso, quanto mais conhecemos o real temos mais condições de formular um conceito.

Mas os conceitos são, além de objetivos, subjetivos porque existem no nosso pensamento, na nossa consciência. O fato de se situarem na consciência é que faz com que os conceitos possuam uma realidade subjetiva.

Quarta observação: não há identidade entre o conceito e o real ao qual ele se refere, porque nenhum conceito é capaz de conter toda a riqueza do real.

Quando conceituamos, por exemplo, rua, pensamos a rua não com todos os predicados que ela possa ter: sinuosa, pavimentada, larga ou estreita. Pensamos de maneira muito menos rica, pensamos de um modo empobrecido perto de qualquer rua que possamos descrever.

Qualquer conceito reflete aquilo que é essencial, os aspectos essenciais, as relações essenciais, enfim, a essência do objeto, do fenômeno ou do processo. Portanto, a construção de um conceito exige um exercício de captura do que é essencial para sua

formulação e, nesse sentido, reflete certo grau de generalização. Assim, o conceito é sempre uma simplificação do real e ao mesmo tempo uma generalização deste.

Para se construir essa generalização é imprescindível pesquisar uma grande quantidade de objetos, compará-los e, ainda, examinar os aspectos particulares e singulares que esses objetos apresentam. Esse é o ponto de partida de qualquer conceituação. Dizendo de uma outra forma, verificar semelhanças, diferenças e peculiaridades do objeto na formulação do conceito. Por exemplo, o conceito de rua, ao qual já nos referimos, não nos remete a nenhuma rua em particular, a indicar que um conceito guarda certa independência em relação àquilo que ele representa, dado o grau de generalização que ele requer.

Isso não significa dizer que o particular e o singular não são considerados. Pelo contrário, a essência do objeto se faz representar no conceito e portanto, também se faz presente no particular e no singular, com toda a riqueza que o particular e o singular possuem.

Quinta observação: o conceito existe em movimento.

O conceito se modifica, se altera e se renova. Para indicar que o conceito tem movimento e evolui, alguns autores usam mais o termo 'noção' do que o próprio termo 'conceito', a indicar sua fluidez. O conceito tem movimento e por isso, um conceito construído numa determinada época pode se alterar. Na medida em que o conceito é um reflexo do real e esse real está em permanente mudança, é lógico que ele também se modifique.

Alguns conceitos podem, inclusive, derivar de outros conceitos. Esse é o caso do conceito atual de metrópole, que tem relação com o conceito de metrópole da antiguidade clássica, mas que é diferente desse. Qualquer conceito tem, portanto, sua história. Conceitos novos são também formulados. Um exemplo é o conceito de informática. Esse conceito está

vinculado ao ramo do conhecimento dedicado ao tratamento da informação mediante o uso de computadores e demais dispositivos de processamento de dados e teve sua origem nos anos 60 do século XX, quando se iniciou o desenvolvimento de computadores. Os conceitos são, portanto, concebidos e renovados.

Sexta observação: o conceito se encontra sempre, em nexos, em relação com outros conceitos.

Nenhum conceito é independente de outros conceitos. Seja ele oriundo de outro conceito ou um inteiramente novo, guarda sempre estreita relação com outros conceitos. O conceito de número 4, por exemplo, guarda relação com todos os outros números, tanto quanto o conceito de rua guarda relação com o de estrada, praça, caminho, cidade, etc.

Sétima observação: o conceito não existe sem uma definição.

Para que exista um conceito é necessário defini-lo e, para isso, é necessário palavras e a forma de linguagem. No entanto, atribuir identidade entre a palavra e o conceito se constitui um equívoco. Uma grave incorreção, pois se uma palavra pode ter vários significados, um conceito, em tese, não. O conceito de atmosfera, por exemplo, diz respeito à camada de gases que envolve um planeta e que é retida pela atração gravitacional. Esse é a definição de atmosfera, tendo um único significado.

Tanto no exemplo dado sobre o conceito de atmosfera, como no caso do conceito de célula, dentre tantos exemplos que poderíamos dar, esses conceitos não variam e nem mudam de significados. Nas chamadas ciências duras a força dos conceitos se situa no âmbito da experimentação e demonstração. Mas, dizendo respeito às ciências humanas a sustentação de uma idéia ou da definição de um conceito não provém, basicamente, de experiências e demonstrações, mas de argumentações convincentes.

A essa diferença entre as chamadas ciências duras e as ciências humanas se junta a observação de que os conceitos relativos às ciências humanas tem variações e essas variações estão relacionadas às distintas referências teóricas nas quais os conceitos estão relacionados. O conceito de cidade e urbano, objeto desse texto, varia segundo as referências teóricas; ou seja, apresentam definições diferentes segundo diferentes teorias. Por isso, se exige acurada clareza nos conceitos utilizados nas ciências humanas, justificativa dos sentidos empregados e das escolhas feitas, bem como coerência entre o conceito empregado e o referencial teórico de análise. Essa coerência é fundamental, pois não se pode mesclar conceitos de referências teórico-metodológicas distintas porque se torna praticamente impossível desvendar o real. Impossível porque o conceito é um instrumento e como qualquer instrumento tem que ser adequado à função que deve desempenhar.

Exemplificando, o conceito de totalidade, como uma totalidade fechada e sistêmica, é próprio da lógica formal e do positivismo, sendo avesso ao conceito de totalidade na dialética. Pensar ou ter a intenção de utilizar o materialismo dialético na pesquisa e ao mesmo tempo empregar o conceito de totalidade fechada e centrar esforços na análise de causas e efeitos se constitui num erro que pode resultar em graves conseqüências, já que fragiliza a argumentação pela inconsistência que apresenta. Num equívoco porque a totalidade dialética busca superar os impasses das análises que enfocam as causas e os efeitos (já que causas podem ser efeitos e efeitos, causas) incorporando a lei de ação recíproca que não é considerada na lógica formal.

Como dissemos no início dessa observação, os conceitos só existem a partir de uma definição e, portanto, não dispensam a linguagem. Essa observação justifica o que vamos discutir a seguir. Antes de tratarmos especificamente do conceito de cidade e urbano vamos examinar os sentidos dessas palavras na língua portuguesa, como um ponto de

partida, pois as palavras, como vimos, se constituem na base sensorial dos conceitos.

2. As Palavras: cidade e urbano

Por meio da fala os homens expressam suas idéias e os diferentes sentidos da palavra cidade e urbano na língua portuguesa podem nos auxiliar na compreensão do conceito de cidade e urbano no Brasil. De antemão gostaríamos de lembrar que nossa intenção é discutir os conceitos de cidade e urbano tendo como referência a realidade brasileira. Observamos, ainda, que as considerações feitas a seguir são auxiliares aos objetivos desse texto e não se situam no âmbito da lingüística, que poderia ser esperado. Acreditamos que mesmo uma abordagem simples e despretensiosa dessas palavras pode nos auxiliar na discussão sobre os conceitos de cidade e urbano tendo como referência o Brasil.

Gramaticalmente a palavra cidade é um substantivo, ou seja, uma palavra que serve para nomear um objeto determinado e possui várias acepções na língua portuguesa. Pode significar “aglomeração humana de certa importância, localizada numa área geográfica circunscrita e que tem numerosas casas, próximas entre si, destinadas à moradia e/ou a atividades culturais, mercantis, industriais, financeiras e a outras não relacionadas com a exploração direta do solo”.²

Além desse sentido o dicionário Houaiss registra, também, derivações por metonímia da palavra cidade, ou seja, decorrentes de outros sentidos que transcendem ao sentido semântico normal da palavra cidade.³ Vejamos alguns exemplos de metonímia. Na frase: *A cidade apresenta-se segregada*, o sentido é de que a população da cidade se encontra segregada. Já na frase: *A cidade reformulou seu IPTU*, a palavra cidade assume o sentido de governo e de ente da administração pública. Na frase: *A cidade baixa de Salvador passou por grandes transformações, enquanto a cidade alta se mantém a mesma*, o sentido diz respeito às partes

distintas de uma mesma cidade. Na frase: *Eu vou à cidade*, o sentido é de núcleo original ou principal de uma cidade onde se concentram as mais importantes atividades administrativas, comerciais e financeiras. Todos esses exemplos mostram outros sentidos derivados que a palavra cidade pode ter.

Quanto à palavra urbano, essa palavra é um adjetivo e serve, assim, para caracterizar os seres ou os objetos nomeados pelo substantivo; ou seja, serve para caracterizar o que foi nomeado. (Cunha, 1992: p.114 e 151). Quando dissemos *transporte urbano* e *policimento urbano*, a palavra urbano qualifica o tipo de transporte e o tipo de policiamento.

Quando, porém, o adjetivo que caracteriza o substantivo se torna o termo principal, ele deixa de ser um adjetivo e passa a ser uma substantivação do adjetivo. É nessa condição, de substantivação do adjetivo, que a palavra urbano será aqui tratada. O exemplo a seguir pode ajudar a esclarecer.

Comparemos as seguintes frases: *O transporte urbano é caótico* com a frase: *O urbano é caótico*. Na primeira frase, a palavra urbano qualifica o transporte, sendo, portanto, um adjetivo. Porém, na segunda frase a palavra urbano não qualifica nada, não sendo, assim, um adjetivo. Ao contrário, a palavra urbano é que recebe qualificação, a de caótico. Na frase *O urbano é caótico* a palavra urbano se constitui como uma substantivação do adjetivo e é nessa condição que será considerada na discussão.⁴

Em relação à palavra cidade as metonímias não serão levadas em conta, tanto quanto na palavra urbano a condição de adjetivo não foi considerado. O que importa para a discussão do conceito de cidade e urbano é o sentido semântico normal da palavra cidade e a condição de substantivação do adjetivo na palavra urbano.

Uma segunda consideração diz respeito à etimologia das palavras cidade e urbano na língua portuguesa, que ao indicar o tempo de seu primeiro uso, sugere que ela está

relacionada a um fato ou fenômeno que se apresenta, nos auxiliando a situar no tempo o que a palavra busca representar. Por exemplo, o uso da palavra *chester* para indicar uma espécie de galináceo, só surgiu em português quando a engenharia genética criou esse tipo de ave. A etimologia nos permite, assim, relacionar, historicamente, a palavra ao que ela se refere.

O dicionário da língua portuguesa e latina, de 1712 registra vários sentidos para a palavra cidade. No entanto, nenhum para a palavra urbano, o que significa dizer que a idéia de urbano não existia até então. Nesse dicionário as acepções da palavra cidade são as seguintes: a) de multidão de casas distribuídas em ruas e praças, cercadas de muros e habitadas por homens que vivem em sociedade e subordinação; b) de cabeça de um reino ou de uma província. Esse dicionário do século XVI apresenta também, as acepções da palavra cidade acrescidas de adjetivos: cidade fronteira, cidade mercantil... Todos os verbetes são em português e em latim e é importante registrar que quando apresenta o sentido de "concernente à cidade", o correspondente apresentado em latim é *Urbanus, a, um*.

Segundo o dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa, de autoria de Cunha (1982), a data provável do vocábulo 'cidade' data do século XIII, sendo originária da palavra latina *civitas-âtis*. Embora esse dicionário não registre a palavra urbano, apresenta o vocábulo *urbe*, que tem o sentido de cidade e se origina da palavra latina *ubs, urbis*, indicando o século XX como datação para o uso da palavra *urbe* na língua portuguesa. Curioso é que a palavra *suburbano* e a palavra *urbanidade* são usadas na língua portuguesa desde o século XVI e que a palavra *urbanista* tenha antecedido à palavra urbanismo, já que a primeira, *urbanista*, é de 1874, enquanto que *urbanismo* é do século XX. (Cunha, 1982, p. 182 e 804)

Esse pequeno arrazoado acerca das palavras cidade e urbano na língua portuguesa permite notar que a palavra cidade antecede,

em muito, a palavra urbano, a indicar que a idéia de cidade precede, historicamente, à idéia de urbano. Esse é o ponto a reter.

Todas essas considerações sobre as palavras cidade e urbano apenas situam o escopo de muitas discussões possíveis. Registramos o sentido dessas palavras porque, como linguagem, elas constituem a base sensorial dos conceitos.

3. O conceito cidade e urbano tendo como referência a realidade brasileira

A discussão do conceito de cidade nos conduz a pensar na discussão de um objeto que evoca várias idéias. Pensamos, por exemplo, na cidade grega, na cidade comercial da Idade Média que fazia parte da liga Hanseática, na cidade colonial brasileira e porque não, na São Paulo de hoje. Já ao refletirmos sobre o conceito de urbano, esse é visto mais como um fenômeno do que como objeto. Isso é comum aos adjetivos que assumem o sentido gramatical de substantivos, precedidos, em geral, de artigo, como é o caso de: o rural, o agrário, o informal, o social, o espacial ...

Tanto a cidade, como objeto, como o urbano, como fenômeno, se situam no âmbito das reflexões sobre o espaço e a sociedade, pois são produtos dessa relação; mais precisamente, são produzidos por relações sociais determinadas historicamente. É nessa determinação que a discussão a seguir se coloca, tendo como pano de fundo, mas não como central, a produção da cidade e do urbano no Brasil.

3.1 O conceito de cidade

Inicialmente queremos chamar atenção para o seguinte afirmação: a idéia de cidade é clara para todos, diferentemente da idéia de urbano. No entanto, o conceito de cidade é obscuro. Como um conceito pode açambarcar desde cidades pequenas, de 2.000 habitantes, até cidades que abrigam milhões e milhões de

habitantes? Como pode se referir a um objeto que se apresenta com características bem distintas e, que por isso, exige, frequentemente, o complemento de um adjetivo, a exemplo de: cidade de fronteira, cidade grega, cidade colonial, cidade medieval, cidade portuária, cidade turística, cidade mineradora, cidade industrial? Como pode se colocar como conceito, o que implica em ser reflexo de um objeto - segunda observação - quando esse objeto se apresenta múltiplo e variável?

Pereira (2001), a partir de uma perspectiva sociológica, pergunta por que a palavra cidade teria atravessado séculos sem alterações, muito embora se refira a um objeto em perpétua mudança. A resposta inspira-se em Norberto Elias, reside no fato de que, muitas vezes, por não conseguirmos expressar o movimento e as mudanças constantes, mantemos a palavra e acrescentamos uma outra para precisar o que estamos tratando. Esse é o fato: por não conseguirmos expressar as transformações constantes de algo tão mutável, temos mantido a palavra cidade e acrescentado a ela adjetivos. É isso que permite compreender a presença de tantas adjetivações para falar de suas características, funções, partes e transformações: cidade satélite, cidade horizontal, cidade verticalizada, cidade mundial, cidade moderna, cidade administrativa, cidade interiorana, cidade informal e tantos mais adjetivos que possamos agregar.

As angústias na discussão sobre o conceito de cidade diminuem quando lembramos que embora o conceito seja um reflexo do real, ele é infinitamente mais pobre que o real - primeira observação - e que não há identidade entre o conceito e o real - quarta observação - Convém recordar que o conceito deve refletir aquilo que é essencial, os aspectos essenciais, as relações essenciais, enfim, a essência do objeto. Nesse sentido, repetindo o que dissemos no início desse texto, a construção de um conceito exige sempre um exercício de captura do que é essencial ao objeto que é motivo da reflexão.

A cidade, não importando sua dimensão ou característica, é um produto social que se insere no âmbito da "relação do homem com o meio" - referente mais clássico da geografia. Isso não significa dizer, todavia, que estabelecida essa relação tenhamos cidades. Não importando as variações entre cidades, quer espaciais ou temporais há uma idéia comum a todas elas, que é a de aglomeração. Não é à toa, então, que a idéia de aglomeração se faz presente na definição da palavra cidade.

Mas, aglomeração do que? De homens e de habitações, diriam uns. Estar-se-ia, então, trazendo para a reflexão as tendas armadas nos desertos, as feiras de mercados de escravos, os assentamentos dos sem terra ao longo das estradas.... e tanto as outras formas errantes de agrupamentos? Não. É Ratzel que chama a atenção para a questão da sedentarização, indicando que à cidade corresponde, sim, a idéia de aglomeração, mas a de aglomeração durável. (Derruau, 1964, p. 561).

O conteúdo do conceito de cidade já indica, portanto, dois termos para sua definição: o de aglomeração e o de sedentarismo. Mas eles se apresentam ainda insuficientes, pois um simples exemplo mostra a necessidade de se buscar novos elementos para a apreensão da essência do conteúdo do objeto a se conceituar, pois se assim não o fosse estaríamos considerando muitas aldeias dos índios do Brasil como cidades.

Pereira (2001) ao discutir a palavra cidade lembra que essa palavra definida no Dicionário Aurélio relaciona a idéia de população que habita a cidade à de população não agrícola. (Pereira, 2001 p. 261-284). Mas, adverte que a idéia de cidade relacionada à idéia de população não agrícola é inconsistente, pois existem muitas cidades com uma porcentagem significativa de população dedicada às atividades agrícolas, como é o caso de muitas cidades brasileiras onde moram os trabalhadores do campo, os chamados bóias-frias.

Nos idos dos anos 60 do século XX, Max Derruaux considerava que embora possa haver casos de cidades com população voltada para as atividades agrícolas, a exemplo de várias aglomerações mediterrâneas, como Mesina, Palermo ou Murcia, essas apresentam aspectos próprios das cidades, como mercado (local de trocas) e administração pública. E, para reforçar sua argumentação, acrescenta que uma fábrica com algumas casas ao seu redor, onde a atividade é distante de ser agrícola, nem por isso constitui uma cidade.

Portanto, o fato da aglomeração sedentária conter população voltada para as atividades do campo não compromete o sentido de cidade que pode estar presente no aglomerado. E, indica, mais uma vez, que uma definição da palavra originária de um dicionário não se confunde com o seu conceito científico, pois é usual nos dicionários a definição de cidade estar relacionada estritamente a uma população não agrícola.

Uma segunda observação de Pereira (2001) diz respeito ao tamanho da aglomeração que “parece ocorrer como sedução e obscurecimento maior quando se fala de grandes concentrações demográficas, porque nessa maneira de falar se desconsidera que o tamanho da população não desvenda fenômeno nenhum e muito menos o “gigantismo” de sua complexidade social”. (Pereira: 2001, p. 269). Outros autores, dentre os quais Pierre George, Max Derruaux e Manuel Castells, também desconsideram o tamanho da população na definição de cidade. Castells reporta-se explicitamente à Pierre George dizendo que esse geógrafo mostrou as contradições insuperáveis de se definir o urbano pelo empirismo estatístico. (Castells, 2000, p. 40).

Qualquer critério de tamanho da população na conceituação de cidade nos parece pouco frutífero. A relação entre o tamanho do aglomerado não se desvincula do tempo histórico e dos lugares e não tem sentido em si mesmo como definidor de cidade. Se definíssemos como condição para se conceituar

cidade a população de 2.000 habitantes, esse número poderia definir cidades em determinados lugares e num momento determinado, mas em outro lugar e tempo, não. Ou seja, poderia expressar aglomerações em relação à população total de um país ou nação, mas poderia não expressar a idéia de aglomerado em outros lugares. Uma aglomeração de 2.000 habitantes na Holanda não tem o mesmo sentido que na Índia ou na China, países com mais de 1 bilhão de habitantes.

Na conceituação de cidade, excluindo-se, portanto, a idéia que nega a incorporação da população voltada às lides do campo, bem como a de tamanho da população, mantém-se as idéias de aglomerado, sedentarismo, mercado e administração pública, que parecem constituir referências importantes na conceituação de cidade. A essas idéias é fundamental recuperar a observação Pereira (2001) quando diz claramente que muitas das dificuldades na compreensão do que vem a ser cidade decorre do fato dela ser enfocada de uma perspectiva a-histórica. Menciona que a cidade depende de formas políticas e sociais e que essas são produto de determinações sociais. São essas forças que a caracterizam e que lhe dão individualidade. Esse autor compara a palavra cidade com a palavra poço para ilustrar que enquanto a cidade apresenta-se agudamente variada, segundo lugares e o momento histórico, o poço – grande buraco, geralmente circular e murado, cavado na terra a fim de atingir um lençol de água subterrâneo⁵ - não se altera nem ao longo da história e nem segundo os lugares.

Isso posto, a discussão sobre o conceito de cidade, para fugir do perigo de mais obscurecer do que esclarecer, requer um situar na história. No caso desse trabalho, requer a incorporação da perspectiva histórica no exame do conceito de cidade referido a uma sociedade e a um território específico: o Brasil.

Recuperando elementos da essência do conteúdo do conceito: aglomeração, sedentarismo, mercado e administração pública, vamos, a seguir, enfatizar a referência duas idéias: a de aglomeração e a de sedentarismo.

Tanto a idéia de aglomeração e de sedentarismo acompanha duas palavras: povoado e povoação que têm o mesmo sentido no Brasil.⁶ São sinônimos, mas são muito diferentes segundo as regiões do país, embora guardem alguns traços comuns, apresentados a seguir. Povoado e povoação se caracterizam, segundo do Dicionário Houaiss:

a) pela presença de habitações modestas - quer construídas de tábuas, barrotes, tijolo ou, até mesmo, palhoças;

b) por uma população reduzida;

c) pelo predomínio de uma só rua ou caminho, podendo apresentar, no entanto, duas ou mais ruas e até um esboço de largo, com capelinha ou igreja;

d) pela presença de poucas casas de comércio: vendas, armarinhos e artigos domésticos;

e) por vida modorrenta e tranqüila;

f) por uma vida vibrante nos dias de festas, feiras, eleições....

Dessas características cabe comentar a menção ao aspecto de que os povoados e as povoações tem: o de vida morrenta e tranqüila. Essas características, no entanto, não se aplicam aos povoados das zonas de garimpagem. Ao contrário, nessas zonas os povoados são locais bastante turbulentos.

Podemos afirmar, seguramente, que muitos povoados no Brasil deram origem às cidades. Mas cabe refletir um pouco sobre a questão: da onde surgiram os povoados? Muitos deles se originaram de locais fortificados e postos militares, de aldeias e aldeamentos indígenas, de arraiais, de corrutelas, de engenhos e usinas, de fazendas e bairros rurais, de patrimônios e núcleos coloniais, de pousos

de viajantes, de núcleos de pescadores, de estabelecimentos industriais, de seringais, de vendas de beira de estradas, de ancoradouros às margens dos rios, de pontos de passagens em cursos d' água, de estações ferroviárias e de postos de parada rodoviária, dentre tantas origens⁷ (AZEVEDO, 1957, p. 36).

As condições de aglomeração sedentária, acrescida da função de troca e da de administração pública é que fizeram com que alguns povoados se desenvolvessem como cidades. Alguns, porém, já se instituem como cidades, não porque fossem maiores ou diferentes dos povoados que haviam, mas porque foram concebidos como sede do poder metropolitano, sede do poder lusitano. Esse é o caso de São Vicente, fundado como Vila, portanto, como representação do poder lusitano, em 1532. Esse aspecto, o de local de poder, é fundamental na conceituação de cidade no Brasil. Sozinho, define uma cidade, independente dos outros elementos mencionados.

Ao falarmos em cidade no Brasil estamos nos referindo a um aglomerado sedentário que se caracteriza pela presença de mercado (troca) e que possui uma administração pública. Lembrando as sete observações sobre os conceitos, vemos, claramente, que o conceito de cidade no Brasil é posterior à própria constituição da cidade (primeira observação), que esse conceito busca refletir o real (segunda observação) sendo ao mesmo tempo objetivo e subjetivo; ou seja, relativo a um conteúdo do real, mas também subjetivo, porque se relaciona ao pensamento sobre ele (terceira observação). Ainda, o conceito de cidade é infinitamente mais pobre que o real ao qual ele se refere (quarta observação) e existe em movimento (quinta observação), ou seja, se altera segundo referências e segundo o tempo histórico. E, podemos perceber também que o conceito de cidade se relaciona a outros conceitos (sexta observação) e só existe se for definido enquanto tal (sétima observação)

3.2. O conceito de urbano

Hoje vivemos num mundo novo onde as redes e os fluxos tecem conexões entre os lugares e alteram a idéia de próximo e distante. Esse é um dos aspectos do mundo atual que indica o desenvolvimento de uma sociedade pós-industrial, ou seja, de uma sociedade que "nasce da industrialização e a sucede", como diz Léfèbvre e que ele denomina de sociedade urbana e, de maneira sintética, de urbano. (Léfèbvre, 1999, p. 16 e 28). Foi no idos de 1970 que Léfèbvre fez essa consideração, indicando que o urbano de então não se constituía numa realidade acabada, mas num processo de vir a ser que se apresentava, ainda, naqueles anos, de forma virtual, devendo, no entanto, se apresentar como real no futuro. (Léfèbvre, 1999, p. 15).

Léfèbvre situa, assim, o urbano no âmbito da industrialização, mas não considera que o urbano seja um subproduto da industrialização. As justificativas relativas a necessidade de superar esse reducionismo - que coloca o urbano como derivação de um processo deixando pouca margem para se perceber o seu próprio conteúdo - são objeto de atenção preciosa de Martins (1999) que salienta que nessa redução se restringe, também, as dimensões do urbano, tornando impossível compreender o que ele é em si mesmo e, assim, tornando extremamente difícil a compreensão de que o urbano é um lugar de enfrentamentos e confrontações, uma unidade de contradições. (Martins, 1999, p. 10).

Como Léfèbvre, diversos autores na discussão sobre o urbano fazem a relação entre urbano e industrialização, por assim dizer, entre urbano e sociedade industrial capitalista, uns caindo no reducionismo criticado por Léfèbvre, outros, não. O que importa é que a idéia de urbano aparece, na maioria das vezes, vinculada à de capital industrial e à de sociedade capitalista industrial. Castells é um dos autores que compartilha dessa visão. Citamos apenas esse autor ao lado de Léfèbvre porque são esses dois autores paradigmáticos nessa

discussão, desde os anos 1970. Embora bastante distintos, ambos olham o mundo a partir da perspectiva na qual se inserem, a da cultura ocidental e da sociedade européia.

A perspectiva de Léfèbvre e Castells relaciona diretamente o conceito de urbano à sociedade capitalista industrial. E é esse paradigma que vamos tomar, o da sociedade capitalista industrial para pensar o urbano no Brasil. Portanto, o ponto de vista adotado situa-se nessas referências: Léfèbvre e Castells. Poderia, no entanto, não o ser. Trata-se de uma opção.

Para alguns autores a sociedade capitalista industrial no Brasil emerge no momento em que a reprodução ampliada do capital passa a ser comandada pela atividade industrial. Segundo Tavares (1972) e Melo (1984), dentre outros, só a partir desse momento é que podemos falar em industrialização, muito embora a atividade industrial já existisse. Só a partir desse momento, quando a reprodução ampliada do capital passa a ser comandada pela atividade industrial, é que há uma emancipação do capital industrial da atividade primário-exportadora, precisamente, da cafeicultura. A partir de então o capital industrial passa a gerar seu próprio crescimento industrial. Dessa forma, para esses autores, só em 1930 é que estão constituídas plenamente as bases de uma sociedade industrial.

Essa abordagem nos conduz a situar o urbano a partir dos anos 30 do século XX, já que a premissa desses autores se funda no conceito de urbano relacionado à sociedade capitalista industrial.

Já para Martins (1979) a industrialização brasileira não se situa apenas nas oscilações da cafeicultura, ou seja, seu desenvolvimento não está somente relacionado às crises do setor exportador cafeeiro, que fazem fluir os investimentos para outros setores econômicos, inclusive o industrial, ou relacionada às fases de auge da cafeicultura, que induz à diversificação dos

investimentos em outras esferas da atividade econômica e, mais uma vez, no setor industrial. Para Martins (1979) a gênese da industrialização brasileira está relacionada à dinâmica do complexo cafeeiro que faz com que a industrialização se desenvolva nos interstícios da cafeicultura, idéia mais ampla do que a de oscilação da economia cafeeira. Dinâmica essa que teve a capacidade de gerar um processo dinâmico de acumulação capitalista, até mesmo não assentado em relações sociais de produção capitalista.

A partir dessa última compreensão da acumulação capitalista e da constituição da sociedade capitalista industrial no Brasil podemos deslocar o momento em que podemos falar de urbano no Brasil para os fins do século XIX.

Interpretações diferentes, periodização divergente. Isso quer dizer que segundo as interpretações que se tem e os parâmetros que se adota podemos nos referir ao conceito de urbano de diferentes maneiras. No exemplo dado, as interpretações de Tavares (1972) e Melo (1984) nos conduzem para um período, enquanto a de Martins (1979) para outro. E isso, tendo como referência a relação entre o conceito de urbano e sociedade capitalista. Se a referência se altera e outras interpretações são levadas em conta, por exemplo, que não relacionam o urbano à sociedade capitalista, podemos situar o urbano em outros períodos.

Mantendo-se a referência em Lefebvre e Castells, a essência do fenômeno urbano reside na idéia de capital. Portanto, nessa referência não há nenhum equívoco em se conceituar o urbano em relação à indústria e ao capital, mas advertimos, há um grande equívoco se não se procurar desvendar as particularidades históricas dessa relação, por assim dizer, da relação entre urbano e capital.

Vale a pena acompanhar o raciocínio de Martins (1979) sobre a gênese da industrialização brasileira, que está relacionada ao complexo cafeeiro. Esse complexo, é bom lembrar, apresentou capacidade de gerar um

processo de acumulação capitalista industrial porque o capital cafeeiro não se constituiu como um simples capital mercantil, dada as metamorfoses pelas quais se transfigurava: ora como capital industrial, ora como estoque de um comerciante, ora como renda do Estado, ora como recurso financeiro de um banqueiro, ora como em investimento para a construção de estradas de ferro

O capital cafeeiro se desenvolveu constituindo um complexo de relações que conduziu a um grande desenvolvimento econômico. E, curiosamente, ele se desenvolveu assentado em relações não capitalistas de produção – o colonato –, que ao permitir combinar a produção da mercadoria café com a produção dos meios de vida do trabalhador encontrou a chave de ouro para a acumulação de riqueza. Já não se fazia mais necessário disponibilizar recursos para a compra de escravos indispensáveis à fazenda de café. O trabalho era livre e os subsídios relativos à imigração garantiam mão de obra abundante, num contexto em que a terra já não era mais livre (desde 1850) e era monopólio de poucos.

A produção de subsistência do colono, que era fundamental para sua reprodução, livrava o fazendeiro de dispêndios maiores com o colono e esse via nessa possibilidade de produção, um trabalho para si mesmo. No entanto, esse trabalho se constituía, também, numa exploração, muito embora a partir dele o colono pudesse auferir algum excedente que podia ser vendido no mercado.

O que se fazia necessário era a construção de estradas de ferro para garantir o escoamento da produção que adentrava o território paulista e para isso era imprescindível o desenvolvimento de serrarias e de metalúrgicas para os dormentes e trilhos dos trens. Do mesmo modo era essencial o aparelhamento do porto de Santos, o desenvolvimento de instituição voltada para o mercado de ações do café e o desenvolvimento dos negócios financeiros e jurídicos.

Igualmente, era imprescindível a industrialização de bens de consumo para satisfazer as necessidades de reprodução dos colonos, que não eram garantidas pelo próprio trabalho excedente, bem como da população que vivia nas cidades. Ao mesmo tempo era indispensável a produção dos instrumentos necessários ao trabalho nos cafezais e roças (instrumentos, equipamentos e máquinas), bem como a produção de máquinas de beneficiamento de café. Também era imperioso o desenvolvimento da capacidade energética, quer para as atividades produtivas, quer para as cidades que se desenvolviam.

As cidades materializavam as condições gerais da produção cafeeira, garantindo o comércio e os serviços necessários, o que redundou no desenvolvimento de uma extensa rede urbana no interior paulista. Rede urbana que se fez obrigatória porque a principal parcela do capital da fazenda de café era produzida na formação de fazendas de café estendendo os cafezais pelo território adentro que necessitavam de cidades para prover as condições gerais da cafeicultura. Enquanto isso a cidade de São Paulo se metamorfoseava, passando de simples vila a cidade em acelerado crescimento com chaminés de fábricas e população operária.

As plantações de café conformaram um complexo econômico, denominado de complexo cafeeiro. E é no seu interior que situamos a capacidade de geração de um processo dinâmico de acumulação capitalista, que induziu à industrialização e à constituição do urbano. Essa é uma interpretação que conduz à compreensão de que, podemos falar em urbano no Brasil a partir da constituição do complexo cafeeiro que se mostra, nitidamente visível, a partir de 1870. Essa compreensão não considera o urbano como um subproduto da industrialização, mas como produto de determinadas relações sociais e de determinados condicionantes próprios do complexo do cafeeiro. Desloca-se, assim, a relação industrialização e urbano. Afrouxa-se essa relação face às particularidades da sociedade brasileira.

Relembrando o que dissemos em relação à palavra urbano, de que essa palavra não se constitua em termo da língua portuguesa no século XIX, isso não compromete em nada a interpretação da constituição do urbano no Brasil porque, como dissemos, o conceito existe a *posteriori* dos objetos ou fenômenos que representam (segunda observação).

De forma sintética podemos dizer que as posições de Maria Conceição Tavares (1972) e João Manoel Cardoso de Melo (1979), de um lado, e, de outros, de José de Souza Martins (1979) nos inspiram a conceituar o urbano no Brasil de forma diferente. Tendo como referência os primeiros, o urbano se constitui no Brasil a partir dos anos 1930, enquanto que a interpretação de Martins nos conduz a situá-lo a partir de 1870.

Pode ter sido alongada essa discussão, mas o sentido foi de mostrar que os conceitos existem em relação a um corpo teórico e que o entendimento de quando se constitui a sociedade industrial capitalista no Brasil é que conduz à compreensão de quando podemos falar em urbano no Brasil. Claro, lembrando mais uma vez, fundada na premissa da existência da relação entre urbano e industrialização.

O que se procurou com essa discussão é mostrar que os conceitos se fundam em teorias e que segundo essas os conceitos se alteram. Como dissemos na Introdução, a pesquisa exige, permanentemente, escolhas e pesquisar significa viver opções.

Assim posto, embora tenhamos cidades no Brasil desde a colônia, a constituição do urbano, a partir das referências examinadas, lhe é posterior. Está se considerando que é imanente ao conceito de urbano, o de industrialização moderna e o de sociedade industrial.

Fizemos uma escolha, de relacionar o conceito de urbano à sociedade industrial capitalista no Brasil e chegamos a duas periodizações. Poderíamos ter assumido outro caminho, como o apontado por Remy e Voyer

(1976) que entendem que o urbano está relacionado ao processo de urbanização que se constitui como um processo de transformação estrutural específico da sociedade capitalista e que impulsiona essa sociedade para adiante, quer em suas contradições, quer em suas explicitações. (Remy, Voye, 1976, p. 82). Essa compreensão não vincula, portanto, o urbano à sociedade capitalista industrial. Se tomarmos como referência essa compreensão de urbano, por certo podemos falar em urbano no Brasil desde os primórdios da colonização já que essa nasce sob a égide da sociedade capitalista, na sua fase mercantil, que se expande pelos quatro cantos do mundo, por “mares nunca antes navegados”.

O conceito de urbano se relaciona a um processo histórico e dependendo da referência teórica falaremos de urbano desde os primórdios da colonização brasileira ou segundo outros períodos.

Considerações Finais

Essas observações sobre os conceitos de cidade e urbano tiveram o objetivo não só de discutir esses conceitos, mas sobretudo de alertar para o fato de que os conceitos se constituem em elementos fundamentais para a interpretação da realidade. Por meio deles buscamos compreender o real. Longe de serem únicos e verdades, os conceitos devem ser vistos em sua relação com as referências teóricas.

No caso do conceito de cidade, tendo como referência o contexto brasileiro, podemos, como vimos, considerar a população dedicada ao trabalho no campo, não aprisionando o conceito ao se considerar apenas como cidades as aglomerações sedentárias que se caracterizam pela presença de população voltada exclusivamente para as atividades urbanas.

Relativo ao conceito de urbano vimos que segundo o entendimento de urbano podemos falar em urbano no Brasil a partir de vários marcos históricos.

O que é importante no conhecimento é a coerência com as referências assumidas. Seria um erro grosseiro exprimir que o urbano se relaciona à sociedade capitalista industrial e, ao mesmo tempo, discutir o urbano no século XVIII ao se falar das cidades da mineração: Ouro Preto, Mariana e Sabará, por exemplo. Como também seria falta grave falar em urbano no Brasil no final do século XIX se a compreensão do urbano se assenta na idéia de sociedade capitalista industrial entendida como sendo aquela sociedade cujo fundamento da reprodução ampliada do capital se encontra na atividade industrial.

Conceitos e teorias são, portanto, imanentes uns aos outros. Essa é a idéia fundamental desse texto que busca, por meio da discussão sobre os conceitos de cidade e urbano contribuir para a discussão sobre o que é cidade e o que é urbano no Brasil. Longe de respostas simples e de certezas esse texto buscou transmitir a idéia de que as certezas fáceis e os modelos explicativos usados sem a reflexão necessária não têm nenhum poder de desvendar os processos que examinamos. Em geral, não desvendam nada ficando na reprodução de idéias e de pressupostos entendidos como fé.

O caminho do conhecimento exige rigor e método. Muitas certezas se tornam incertezas durante o percurso, enquanto que outras encontram soluções; o que importa é que por meio da consistência teórica e conceitual é possível contribuir para a compreensão do real.

Notas

- ¹ Sobre a origem dos povoados no Brasil o texto de Aroldo de Azevedo, de 1957, intitulado *Embríões de Cidades* é referência obrigatória.
- ² Definição presente no Dicionário Houaiss.
- ³ Em Portugal, povoado significa aldeia, lugarejo ou pequena localidade com pessoas, enquanto que povoação se refere a lugar povoado, que pode se referir a pequenos agregados rurais e até às maiores aglomerações.
- ⁴ Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa, referido nesse texto simplesmente como Dicionário Houaiss.
- ⁵ Além das derivações por metonímia, o dicionário registra regionalismo, a exemplo da palavra urbano ser usada no Estado de São Paulo com o sentido de soldado de polícia. Mas, não nos ateremos a discussão de regionalismos relativos às palavras em exame. O dicionário Houaiss registra também, a etimologia da palavra cidade e da palavra urbano, que será a posteriori.
- ⁶ No caso da palavra urbano se apresentar como adjetivo, que busca caracterizar os seres ou objetos, os sentidos que podemos encontrar para a palavra urbano são os de qualificar o que é dotado de urbanidade ou o que é afável, civilizado ou cortês. Esse é o caso da seguinte frase: *Hoje em dia os costumes urbanos estão corrompidos*. Mas, também a palavra urbano pode estar referida ao que é relativo ou pertencente à cidade, ou, ainda, ao que é próprio à cidade, como na expressão *saneamento urbano*. E, pode, também, expressar o caráter de cidade, como na frase: *Ontem houve um grande conflito urbano*.
- ⁷ Em função dos objetivos que se quer, que é de discutir o conceito de cidade e urbano, trataremos da relação entre o conceito e o objeto. A idéia de objeto assume os sentidos de fato, fenômeno e processo em função da fluência do texto, já que para a discussão em pauta o assolamento das diferenças não compromete o que se intenta.

Bibliografia

- ACHER, F. *Les nouveaux principes de l'urbanisme. La fins des villes n'esta pas à l'ordre du jour*. Paris: Éditions de l'Aube, 2001.
- AZEVEDO, A. de. Aldeias e aldeamentos de índios. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo: AGB/São Paulo, n. 33, p. 23-77, 1959.
- AZEVEDO, A. de. Arraiais e corrutelas. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo: AGB/São Paulo n. 27, p. 3-26, 1957.
- AZEVEDO, A. de. Embríões de cidades brasileiras. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo: AGB/São Paulo, n. 25, p. 31- 69, 1957.
- BLUTEAU, R. Vocabulário Portuguez e Latino.. UERJ. Estado do Rio de Janeiro. CD-ROM. s/d (Original: Coimbra, No Collegio das Artes da Companhia de Jesu Anno de 1712).
- CASTELLS, M. *A questão urbana*. São Paulo: Paz e Terra. 2000.
- CLAVEL, M. *Sociologie de l'urbain*. Paris: Anthropos, 2004.
- CUNHA, A. G. da. *Dicionário etmológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- CUNHA, C. F. de. *Gramática de Base*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Fundação de Assistência ao Estudante, 1985.
- DERRUAU, M. *Tratado de geografia humana*. Barcelona: Editorial Vicens-Vives, Barcelona, 1964.
- HOUAISS, A. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Ed. Objetiva, 2001. CD-ROM.
- KOPNIN, P. V. *Lógica dialética*. México: Ed. Grijalbo S/A, 1996.
- LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

MARTINS, J. de S. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Liv. Ed. Ciências Humanas, 1979.

MARTINS, S. Prefácio. In: *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, p. 7-13

MELLO, J. M. C. de. *O capitalismo tardio*. 3ª ed. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1984.

PEREIRA, P. C. X. P. Cidade: sobre a importância de novos modos de falar e pensar as cidades. In: Bresciani, Maria Stella. *Palavras da Cidade*. Porto Alegre; UFRGS, 2001, p. 261-284.

REMY, J. & VOYE, I. *La ciudad y la urbanización*. Madri: Instituto de Estudios de Administración Local, 1976.

RENAUDIE, S. Sur l'urbain. In: Lefebvre, Henri, Groupe de Navarrenx. *Du contrat de citoyenneté*. Paris: Ed. Syllepse, 1990, p. 186-196.

SAUSSER, I. (ed) *La Sociologia Urbana de Manuel Castells*. Alianza Editorial, 2001.

TAVARES, M. da C. *Da substituição de importações ao capital financeiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

Trabalho enviado em agosto de 2008

Trabalho aceito em setembro de 2008

